

CARTA DA SOCIEDADE CIVIL AOS REPRESENTANTES DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA BAIXADA FLUMINENSE PARA APRESENTAÇÃO DE PLANOS DE INVESTIMENTO PARA USO DAS OUTORGAS DA CONCESSÃO DA CEDAE

Aos Excelentíssimos Prefeitos de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé.

Aos Excelentíssimos Vice-Prefeitos de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé.

Aos Excelentíssimos Secretários de Governo, Fazenda e Planejamento de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé.

Aos Excelentíssimos Vereadores das Câmaras Municipais de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé.

Aos Excelentíssimos presidente da Mesa Diretora das Câmaras Municipais Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé,

Aos Excelentíssimos Vereadores presidentes das Comissões Permanentes das Câmaras Municipais de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé;

No ano de 2021 o Senado Federal aprovou o projeto de emenda constitucional nº 04/2018, que inclui o acesso à água potável na lista dos direitos fundamentais do cidadão. Para inclusão na Constituição Federal a emenda ainda será apreciada pelo Congresso Federal. Por outro lado, o Congresso Federal alterou a Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/2007) por meio da aprovação da Lei Federal 14.026/2020 que ficou conhecida como “Novo Marco Regulatório do Saneamento”. Essa lei aprofundou o processo de mercadorização das águas no Brasil e, no caso do Rio de Janeiro, incentivou o processo de concessão da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (Cedae) à iniciativa privada. Esse processo se concretizou com o leilão do dia 30 de abril de 2021 e com a assinatura do contrato

entre o governo do estado e as empresas vencedoras do leilão nos dias 11 e 12 de agosto de 2021. As empresas são as seguintes:

Consórcio Aegea, cujo nome fantasia é Águas do Rio, será responsável pela prestação de serviço nos bairros da zona sul, centro e zona norte do município do Rio de Janeiro, assim como pelos municípios da Baixada Fluminense, São Gonçalo e mais 16 municípios do interior do estado, e o Consórcio Iguá Saneamento S.A., será responsável pela prestação de serviços nos bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá do Rio de Janeiro, além dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes.

Tendo em vista que ambas empresas pagaram juntas uma outorga de 22,6 bilhões de reais pela concessão dos serviços de distribuição, coleta e tratamento de esgoto pelos próximos 35 anos, dos quais 14,4 bilhões ficarão para o estado e 7,6 bilhões com os 29 municípios que participaram do leilão, e que estes recursos são de uso livre, ou seja, não estão vinculados a políticas específicas ou gastos determinados pelo orçamento; a sociedade civil está preocupada com o destino que será dado a esses recursos. Informações na mídia indicam que estes recursos entrarão nos cofres municipais em três parcelas, sendo a primeira já em 2021, a segunda em 2022 e a última em 2025. Assim, gostaríamos de saber qual o plano de investimento de cada um dos municípios da Baixada Fluminense?

Apenas no ano de 2021 entrarão nos cofres públicos da Baixada Fluminense os seguintes valores: Duque de Caxias (R\$ 393 milhões); Nova Iguaçu (R\$ 350 milhões); Belford Roxo (R\$ 218 milhões); São João de Meriti (R\$ 201 milhões), Magé (R\$ 132 milhões), Mesquita (R\$ 75 milhões); Nilópolis (R\$ 69 milhões); Queimados (R\$ 64 milhões) e Japeri (R\$ 44 milhões).

Comparando alguns gastos orçamentários de 2021, observamos que os valores das outorgas representam um montante de recursos significativos. Por exemplo, os R\$ 393 milhões que serão recebidos pelo município de Duque de Caxias são suficientes para construir 2,3 Estações de Tratamento de Esgoto do Morro do Motocross, que foi orçada em R\$ 40 milhões (PAC/2007), mas acabou tendo vários aditivos orçamentários ao longo dos anos, custando ao fim 167,2 milhões (CEDAE/2020). Outro exemplo são os R\$ 350 milhões que serão recebidos por Nova Iguaçu, que são suficientes para construir 5,6 unidades do Hospital Modular

de Nova Iguaçu. que custou R\$ 62 milhões de reais de acordo com o governo estadual.

Um plano de investimentos para uso das outorgas da concessão da Cedae é necessário porque:

i) A origem destes recursos é a dilapidação do patrimônio público da Cedae que era a única empresa superavitária do Estado do Rio de Janeiro, portanto, não pode servir para subsidiar obras públicas sem transparência e controle social, que favoreçam aos interesses do mercado e de suas corporações imobiliárias, tão pouco pode ser utilizado para financiar a campanha eleitoral de 2022. Os representantes do legislativo municipal devem cobrar a apresentação do Plano de Investimento, por parte do executivo, além de submetê-lo à Consulta Pública e Audiências Públicas.

ii) Nos últimos anos os ex-governadores Sérgio Cabral Filho (PMDB) e Luiz Fernando Pezão (PMDB), que governaram o estado no período de 2007-2014 e 2015-2018 respectivamente, foram condenados por crimes cometidos contra o patrimônio público durante o exercício de suas funções. Já Wilson Witzel (PSC), que prometeu na campanha combater a corrupção dos servidores públicos no seu governo por meio de “teste de honestidade”, acabou se tornando o primeiro governador a ser cassado em um processo de impeachment, desde a redemocratização do país, sob a acusação de corrupção na área da Saúde durante a pandemia de Covid-19. Representantes do executivo devem realizar uma gestão responsável dos recursos públicos.

iii) A população estimada da Baixada Fluminense é de 3.908.510 (IBGE, 2020) e algumas de suas cidades estão entre as cem cidades mais populosas do país. Três dessas cidades estão entre as que possuem as piores redes de coleta de esgoto: Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti. A situação do restante das cidades da região se revela ainda mais preocupante, uma vez que algumas delas não publicam seus dados de coleta/tratamento de esgoto ou o fazem de forma parcial. Ou seja, não há transparência na prestação dos serviços o que dificulta o controle social dos objetivos e metas de universalização do saneamento. Representantes do executivo e do legislativo devem estar cientes de quais são as metas e os prazos para que o Consórcio Aegea melhore os serviços de saneamento na Baixada Fluminense.

iv) Segundo dados do Mapa da Desigualdade 2020, as cidades da Baixada nunca passaram de 15% de esgoto coletado. A poluição causada pelo despejo de esgoto nos rios que desaguam no Rio Guandu vem, ao longo dos anos, prejudicando a saúde dos moradores da região, que tem expectativa de vida baixíssima e doenças de veiculação hídrica. No entanto, esse problema só passou a ser notado durante os episódios de contingenciamento, quando para abastecer a Zona Sul a água é estancada na Baixada Fluminense, tornando permanente a intermitência do seu fornecimento em muitos bairros e a total ausência do serviço em outros tantos. A prática demonstra um retrato cruel da desigualdade e do racismo ambiental praticado pelas administrações públicas e privadas. Mesmo diante deste cenário, uma das cláusulas no contrato de concessão prevê que o Consórcio Aegea não será obrigado a atender regiões não urbanizadas, o que configura uma grave violação ao direito humano à água e ao saneamento, ao mesmo tempo que representa uma brecha comercialmente estratégica. Informações da mídia indicam que o Consórcio Aegea pretende antecipar R\$645 milhões para implantar a coleta de esgoto em Queimados e Japeri, mas não está claro como será feita a fiscalização e o controle social dessa previsão. Representantes do executivo e do legislativo destes municípios devem estar atentos às obrigações do Consórcio Aegea, haja vista que o histórico de má gestão desta empresa em outras cidades como São João de Meriti (atuou desde 2015 por meio do nome fantasia Águas de Meriti), na Região dos Lagos (atua desde 1994 com nome fantasia Prólogos) e em Manaus (atua desde 2000 com nome fantasia Águas de Manaus)

v) O Estado do Rio de Janeiro vive uma de suas piores crises econômicas de sua história, enquanto a taxa média de desemprego no Brasil é 14,7%, no Estado é de 19,4%; também é um dos Estados com grau de vulnerabilidade hídrica acentuada. De acordo com o relatório do IPCC divulgado pela ONU, as periferias da Região Metropolitana do Rio serão as mais afetadas pelo aquecimento global. A Baixada Fluminense deve sofrer com uma crise grave de queimadas e secas nos próximos anos. Portanto, representantes do poderes executivo e legislativo da Baixada Fluminense devem tomar medidas de médio e longo prazo que assegurem o direito humano à água e ao saneamento e que diminuam os impactos das mudanças climáticas sobre a população mais empobrecida da Baixada Fluminense.

Isso posto, entendemos que é necessário um compromisso democrático de gestão pública por parte dos poderes executivos e legislativos dos municípios da Baixada

Fluminense. Principalmente num cenário de pandemia, em que a maior parte das Câmaras Municipais não está permitindo acesso da população ao plenário nem transmitindo as sessões de forma online. A sociedade civil reivindica o seguinte:

Considerando os princípios constitucionais da administração pública relacionados à legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência, reivindicamos a importância de total transparência na definição e uso dos recursos provenientes das outorgas da CEDAE.

Pleiteamos a apresentação, por parte do município, de um plano de investimento, com propostas objetivas para uso dos recursos e cronograma.

Demandamos a criação de comitê municipal, ou institucionalidade participativa já existente, que assegure a participação de setores da sociedade civil no controle social dos recursos e viabilize o acompanhamento das obras e investimentos.

Reivindicamos a implantação de mecanismos virtuais para a devida transparência e acesso público a informações relativas ao uso das outorgas, de forma a garantir a máxima publicidade no uso de recursos públicos.

PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARA OS PLANOS DE INVESTIMENTO PARA USO DAS OUTORGAS DA CONCESSÃO DA CEDAE

Urbanização de assentamentos precários das cidades da Baixada Fluminense, em áreas urbanas e rurais, que não estão contemplados nas metas de investimento da Aegea;

Ações de apoio às ocupações e assentamentos rurais da agricultura familiar existentes nos municípios da Baixada Fluminense, objetivando a melhoria das condições de infraestrutura, sobretudo no que se refere à energia, saneamento transporte e estradas, visto que as condições hoje verificadas na totalidade desses assentamentos os impedem de viver com mais dignidade, bem como de garantir a produção dos alimentos tão necessários à garantia da segurança alimentar e nutricional deles, e nossa também;

Programas de Educação Ambiental a serem desenvolvidos a partir das escolas dos municípios em conjunto com as secretarias de educação, de meio ambiente, universidades e outras organizações da sociedade civil;

Desenvolvimento de Projetos de Coleta Seletiva em parceria com as cooperativas de catadores/as existentes, ou a serem criadas, em cada município, como forma de geração de renda e cuidado com o meio ambiente;

Ações de limpeza, desassoreamento e reflorestamento da mata ciliar dos corpos hídricos que perpassam as cidades da Baixada Fluminense;

Ações vinculadas à Política Municipal de Defesa Civil para os municípios que possuem Defesa Civil Municipal ou à Política Estadual de Defesa Civil para os que não possuem;

Incentivos às tecnologias de saneamento rural e urbano de baixo custo e criação de planos específicos para essas áreas nos municípios;

Criação de programas municipais de cuidados permanentes com Áreas de Proteção Ambiental dos municípios;

Criação e apoio às campanhas contra as queimadas e criação de grupos de brigadistas voluntários;

Criação de poços artesianos para a captação de água visando o consumo humano, animal e para irrigação, em especial da agricultura agroecológica, observando-se as condições de potabilidade da água;

Ações de Recuperação de Nascentes Degradadas, visando o consumo humano, animal e para irrigação, em especial da agricultura agroecológica, observando-se as condições de potabilidade da água;

ENTIDADES QUE SUBSCREVEM ESSA CARTA

1. Ass. de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá - APALMA
2. Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos - REASO
3. Água Doce - Serviços Populares
4. AMANBELEM Japeri
5. APAE Queimados
6. ASPAS - Ação Social Paulo VI
7. Associação Amigos do Bairro de Jardim Anhangá - ABAJA
8. Associação Cultural Panelas

9. Associação de Pós Graduandas e Graduandos da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - APG /UENF
10. ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS GEÓGRAFOS - PROGEO -RJ
11. Associação Guadá Vida
12. Associação P. CHEIFA
13. Associação profissional de Geógrafos do Estado do Rio de Janeiro APROGEO RJ
14. Associacao Vó Cleusa
15. Casa da Cultura da Baixada Fluminense
16. Casa Fluminense
17. Ceia
18. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB RJ
19. Centro de de Ação Comunitária - CEDAC
20. Cine & Rock
21. Comitê Elos da Cidadania
22. Coletivo Carmen Portinho
23. Coletivo dos Humanos
24. Coletivo Martha Trindade
25. Coletivo pro Saneamento Básico da Rocinha
26. ColetivoSAN-RJ
27. Comissão Pastoral da Terra
28. Cozinha Colher de Pau - Magé
29. CUT
30. Defensores do planeta
31. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
32. FMCJS-Núcleo RJ
33. Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping (FORAS)
34. Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG)
35. Fórum Grita Baixada (FGB)
36. Fórum Nacional Da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC CBH
37. Fórum SocioAmbientaI da Zona Oeste
38. GEEMA
39. Grupo de Pesquisa Saneamento e Saúde Ambiental - ENSP/FIOCRUZ

40. Hydras do Terra - MST
41. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase
42. Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga
43. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)
44. LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE ÁGUAS URBANAS DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UFRJ (LEAU/UFRJ)
45. Laboratório de Pesquisa em Educação, Natureza e Sociedade (LabPENSo - UERJ/FEBF)
46. Laboratório de políticas públicas, ambientais e educacionais de São João de Meriti- Espaço Buriti
47. Membro da sociedade civil
48. MNU
49. Movimenta Caxias
50. Movimentação
51. Movimento Baía Viva
52. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO RJ
53. MP Mulheres
54. Mundo Melhor
55. Pastoral da Ecologia Integral
56. Planeja Terê
57. REARJ
58. Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá
59. Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense
60. Redes da Rocinha
61. Roda Cultural de Rio das Pedras
62. SARJ - Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro
63. SEAERJ- Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro
64. SINDIAGUA-PB
65. Sindicato de Saneamento e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro
66. Sindicato dos profissionais da educação do Rio de Janeiro- Japeri
67. Sindicato dos trabalhadores da Cedae
68. Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais- SINTESI-RJ
69. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba - SINDIÁGUA-PB

70. Sindicato dos trabalhadores nas empresas de saneamento básico e meio ambiente do Rio de Janeiro - SINTSAMA
71. Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Purificação de Água - SINDAGUA
72. Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro, Núcleo de Duque de Caxias
73. Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba - SINTERÁGUA-PB
74. SINDPD-PB
75. UBM-União Brasileira de Mulheres
76. Visão Coop